

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais
Curso de Especialização em Democracia, República e Movimento Sociais

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS DE JUVENTUDE: A EXPERIÊNCIA DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE**

Júlia Alves Marinho Rodrigues

Brasília/DF

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais
Curso de Especialização em Democracia, República e Movimento Sociais

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS DE JUVENTUDE: A EXPERIÊNCIA DE
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE**

Júlia Alves Marinho Rodrigues

Orientador: Renato Moraes

Monografia

BRASÍLIA/DF

2010



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist_@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3499-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de 2010 (dois mil e dez), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Brasília/DF reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada "*Participação Social e Políticas de Juventude: A experiência de institucionalização do Conselho Nacional de Juventude*", elaborada por *Julia Alves Marinho Rodrigues*. A Comissão, composta por Alessandra Rios de Faria (UFMG) e Maria das Dores Pimentel Nogueira Gonçalves (UFMG), após apresentação da monografia, deliberou pela aprovação condicionada da referida monografia, que deve ser reformulada até o dia 30 de junho de 2010, quando deverá ser apresentada nova versão ao orientador. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes

Brasília, 28 de abril de 2010.



Alessandra Rios de Faria (UFMG)



Maria das Dores Pimentel Nogueira Gonçalves (UFMG)

Para Eduardo e Sofia com amor.

RESUMO

O trabalho propõe a análise do processo de institucionalização do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve e o estudo do seu funcionamento nos anos de 2005 e 2006. O Conjuve é um espaço de participação social na formulação de diretrizes para as ações governamentais acerca do tema, composto por 120 membros, entre titulares e suplentes. Fazem parte do Conselho, nas vagas destinadas ao Poder Público, representantes de todos os Ministérios e Secretarias Nacionais que desenvolvem programas voltados para a juventude, a Frente Parlamentar de Juventude e o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude e associações de prefeitos. Pela sociedade civil, que representa 2/3 do Conselho, participam os movimentos juvenis, organizações não-governamentais e especialistas em juventude. O estudo aponta que ao longo de seus primeiros dois anos de funcionamento, o Conjuve foi um espaço de disputa, produção de consensos, reflexões e articulação dos atores envolvidos.

Palavras-chave: políticas de juventude; conselhos de políticas pública; participação social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Reuniões do Conjuve no biênio 2005/2006	26
Quadro 2	Resultado da Primeira Eleição do Conjuve	28
Quadro 3	Programas Federais analisados pelo Conjuve no biênio 2005/2006	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População residente por situação, sexo e grupos de idade – Brasil – 2003 e 2004	10
----------	---	----

LISTA DE SIGLAS

Cejuvent – Comissão Especial de Políticas Públicas para Juventude
Conjuve – Conselho Nacional de Juventude
Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FES/Ildes – Fundação Friedrich Ebert Stiftung/Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social
FPA – Fundação Perseu Abramo
Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPJ – Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude
Gife – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GT – Grupo de Trabalho
Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBPJ – Instituto Brasileiro de Políticas de Juventude
IC – Instituto Cidadania
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBJ – Organização Brasileira de Juventude
OIJ – Organização Ibero-Americana de Juventude
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organismo Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PEA – População Economicamente Ativa
PMAJ – Plano Municipal de Ações para a Juventude
Pnad – Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
ProUni – Programa Universidade para Todos

Renaju – Rede Nacional de Organizações, Grupos e Movimentos de Juventude

SG/PR – Secretaria-Geral da Presidência da República

SNJ-SG/PR – Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNE – União Nacional dos Estudantes

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 POLITICAS DE JUVENTUDE	10
2.1 POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL	12
3 O CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE	23
3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONJUVE	23
3.2 O CONJUVE NO BIÊNIO 2005/2006	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
ANEXOS	42

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 80, o tema juventude começou a consolidar-se como um assunto relevante na agenda internacional. O ano de 1985 foi declarado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Juventude e a partir desta convocatória geraram-se múltiplas iniciativas de carácter local e regional. Em 1987, ocorreu, em Madrid, na Espanha, I Conferência Ibero-americana de Juventude e, na Guatemala, a I Conferência Juvenil Centro-Americana pela Paz. Em 1988, aconteceu o I Encontro Regional Andino, realizado em Quito, Equador e a I Consulta Coletiva Latino-Americana de Organismos não-Governamentais de Juventude, realizada em Buenos Aires, Argentina. Em 1991, teve lugar, em Viena (Áustria), o Primeiro Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas. Em 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou o seu Programa Mundial de Ação para a Juventude para o ano 2000 e além – PMAJ.

Associado à emergência do tema, tem-se a intensa participação social verificada a partir dos movimentos de juventude, que se descolaram dos movimentos tradicionais, tais como estudantil, sindical, etc e passaram a ter uma agenda própria. Esse “amadurecimento” culminou na criação do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve, em fevereiro de 2005 e na realização da Conferência Nacional de Juventude em 2008.

A presente monografia buscará investigar como se deu o processo de consolidação de uma instância de participação social, fundamental para o aperfeiçoamento das políticas públicas de juventude. Nesse sentido, pretende responder à seguinte questão central: como se deu a institucionalização do Conjuve? Complementarmente, propõe-se a seguinte pergunta auxiliar: como foi o processo de construção do Conjuve?

Não será proposta uma hipótese, pois dado o escopo do trabalho não foi encontrada uma formulação que pudesse ser refutável. Em relação ao horizonte intertemporal, o trabalho analisará os anos que antecederam a constituição do Conjuve, bem como detalhará a primeira gestão do Conselho, nos anos de 2005 e 2006. No ano de sua instalação, 2005, o Conjuve foi presidido por um representante governamental, a Secretária Nacional Adjunta de Juventude, Regina Novaes. Em 2006, foi eleita uma presidente da sociedade civil, Elen Linth. Avalia-se que a análise da atuação do Conselho neste dois anos permitirá responder às questões acima.

Do ponto de vista do procedimento metodológico a ser adotado, pretende-se realizar uma pesquisa documental, tendo por base os documentos produzidos pelo próprio Conjuve, pela Secretária Nacional de Juventude da Secretária-Geral da Presidência da República e por pesquisadores ligados ao tema. Será utilizado um variado leque de documentos, tais como:

atas das reuniões do Conjuve, instrumentos de comunicação institucionais, leis, projetos, regulamentos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Ainda há, entre os estudiosos da temática juventude, controvérsias sobre a necessidade ou não de políticas específicas para os jovens; afinal os jovens, enquanto sujeitos, há muito vêm sendo atendidos pelas políticas universais – especialmente a de educação. No entanto, recentemente, cresceu a defesa por um olhar particular.

Do ponto de vista demográfico, os jovens representam parcela significativa da população brasileira e os seus indicadores sociais os colocam entre os grupos mais vulneráveis. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad 2004, existem, no Brasil, 49,6 milhões de jovens de 15 a 29 anos, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – População residente por situação, sexo e grupos de idade – Brasil – 2003 e 2004

	2003			2004		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
15 a 17	5.373.840	5.229.059	10.602.899	5.456.495	5.285.549	10.742.044
	22,2	21,4	21,8	22,2	21,1	21,6
18 a 19	3.494.838	3.353.497	6.848.335	3.543.745	3.477.213	7.020.958
	14,4	13,7	14,1	14,4	13,9	14,1
20 a 24	8.374.986	8.422.593	16.797.579	8.407.524	8.643.836	17.051.360
	34,6	34,5	34,6	34,1	34,5	34,3
25 a 29	6.944.502	7.389.528	14.334.030	7.214.891	7.633.509	14.848.400
	28,7	30,3	29,5	29,3	30,5	29,9
Total	24.188.166	24.394.677	48.582.843	24.622.655	25.040.107	49.662.762
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2002-2004.

Segundo Camarano, Mello e Kanso (2006), esses números são resultado de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980, chamada de “onda jovem” e do aumento da fecundidade na adolescência, em curso desde os anos 1970.

Os dados sobre os jovens, em sua diversidade, expressam as diferenças e as desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira. Em que pese a ampliação da cobertura do ensino fundamental, para as crianças entre 7 e 14 anos, grande parte dos jovens no País não é encontrada nas salas de aula e ainda existem 1,9 milhão de jovens analfabetos.

No tocante ao mercado de trabalho, os números também são desfavoráveis: a população juvenil de 16 a 24 anos representava 24% da População Economicamente Ativa (PEA). O desemprego dessa população foi de 17,8%, sendo maior que a taxa de desemprego (de 9,2%). Em números absolutos significa 3,5 milhões de jovens desempregados, em torno de 47% do total de 7,3 milhões de desempregados no País. Para os jovens que vivem em famílias com renda per capita inferior a ½ salário mínimo, a situação de desemprego é ainda pior. Entre esse público a taxa de desemprego chegou a 26,8%.

Sob a ótica social, a juventude é a fase das buscas e definições. De acordo com Camarano, Mello e Kanso (2006), os obstáculos experimentados nessa fase podem influenciar a passagem para a vida adulta, com conseqüências também sobre o lugar que ocuparão na escala social e econômica. Alguns desses obstáculos são inerentes ao mundo dos jovens e outros são reflexos das transformações por que passa a sociedade brasileira como um todo e que atingem essa população de maneira diferenciada. Por um lado, a juventude constitui-se uma fase da vida vulnerável *per se*, pois é quando muitas das características dos indivíduos são delineadas, o que ocorre, muitas vezes, em situações de conflitos e rupturas. Sposito e Carrano (2003) alertam para a representação ambígua dos jovens, ora como problemas e ora como sujeitos de direitos e chamam atenção para o fato que as políticas públicas de juventude não são apenas retratos passivos, mas que contribuem ativamente para a construção de novas formas de representação. Segundo Touraine (1996, p. 2), “a juventude não é uma categoria social, mas uma construção cultural e administrativa, uma parte da imagem que a sociedade tem de si mesma”.

Rua (1998, p. 8), em trabalho no qual realiza um balanço das políticas públicas de juventude no Brasil na década de 90, conclui: “os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias”. Não havia uma política voltada para a juventude, mas sim um “estado de coisas” que não conseguiu alçar a condição de problema de natureza política e tampouco ocupar significativamente a agenda pública.

Diversos autores situam o final dos anos 90 (ABRAMO, 2005; DÁVILLA, 2005; SPOSITO, CARRANO, 2003b; FREITAS, PAPA, 2003) como marco para a emergência do tema juventude no país, embora ainda se reconheça a existência de setores na sociedade que não estão convencidos de sua importância.

Para Krauskopf (apud ABAD, 2003), as políticas orientadas por critérios de geração resultam do processo de confrontação do sujeito juvenil como ator social emergente, explicado pela sua crescente influência demográfica e pelas realidades de exclusão e marginalização que enfrentam.

Abad (2003) associa a emergência das políticas de juventude às dinâmicas de modernização das sociedades latino-americanas, que, em sua concepção, avançaram na incorporação de conquistas tecnológicas e em sua extensão às diferentes classes sociais, mas, por outro lado: “não conseguiram desenvolver, no mesmo nível, o projeto de uma cultura política democrática”. (Abad, 2003, p. 19).

A incorporação do tema juventude à agenda, foi, sobremaneira, determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e na busca de sua integração ao mundo adulto. Dessa forma, a defesa de políticas específicas para a juventude, na América Latina, associa-se à ampliação dos índices de desemprego, violência e gravidez precoce. Trata-se de uma mudança na forma de compreensão da categoria juventude, que agora passa ser delimitada, classificada, situação bastante distinta dos anos 50 e 60, no qual não se justificativa uma política própria.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

Em geral, considera-se que o ano de 1997 um marco para a emergência das políticas públicas de juventude no Brasil. Isso ocorre em função da ocorrência de três fatos: a constituição, no âmbito do governo federal, de uma Assessoria Especial para Assuntos de Juventude vinculada ao gabinete do Ministro da Educação; a formação do departamento de pesquisa em juventude da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e, o assassinato do índio Galdino, em Brasília, por um grupo de jovens de classe média, que gerou uma ampla cobertura da imprensa. Conforme afirmou Waiselfisz (apud CASTRO, 2005, p. 119-120) à época: “a novidade, no momento, era fazer com que as autoridades públicas e a sociedade percebessem que a juventude era um segmento social cada vez maior, mais ativo e que deveria ser não só ouvido, mas reconhecido nos seus direitos”.

Em 1998, a Fundação Perseu Abramo (FPA) realizou a pesquisa “*Juventude: Cultura e Cidadania*” (VENTURI, RECAMAN, 1999) com jovens residentes em nove regiões metropolitanas e do Distrito Federal para investigar a participação e adesão aos processos democráticos. De acordo com a FPA:

[...] Com esta investigação pretende-se contribuir para a definição de políticas públicas e intervenções sociais de outros agentes (ONGs e outras entidades), em busca de maior integração social da juventude, tendo em vista tanto a realização de suas potencialidades individuais como seu eventual engajamento em um projeto coletivo ou cooperativo em direção à superação das limitações estruturais que historicamente tem impedido, no Brasil, a construção de uma sociedade mais justa.

Foi somente na campanha presidencial de 2002 que o tema juventude se fez presente nos programas de governo e que todos os candidatos assinaram um documento, no qual se comprometeram a implementar políticas específicas para a juventude. Tal compromisso decorre da atuação da sociedade civil, que ao longo dos últimos anos reivindicou ações diferenciadas para os jovens.

Elaborado pelo Instituto Ayrton Senna, Grupo de Institutos e Fundações e Empresas (Gife), Unesco e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o documento “*Por uma Política de Juventude para o Brasil*” (2002) propunha uma política de desenvolvimento humano, que tivesse como eixo estruturador a educação básica e profissional; uma política de saúde com viés altamente educativo; uma política de tempo livre para os jovens e a promoção de uma cultura de paz.

No entanto, as abordagens dos programas de governo dos dois principais candidatos, Lula e Serra, persistiram na associação entre juventude, criminalidade e violência. O Programa de Governo da Coligação Lula Presidente (PALOCCI, 2002, p. 5) afirma:

“a superação desse quadro deixado pelas atuais políticas do governo requer uma atenção especial para os milhões de jovens que anualmente tentam entrar no mercado de trabalho, mas não encontram reais oportunidades de emprego. É preciso evitar que a juventude se torne presa fácil da criminalidade, do tráfico de drogas e do contrabando de armas”.

O programa de governo de Serra, embora tenha um capítulo específico para a questão – Compromisso com a causa jovem – e já fale em um órgão na esfera federal para formulação, coordenação e avaliação, abria a discussão indicando o percentual de jovens no sistema carcerário, o número de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas e as altas taxas de gravidez precoce.

No campo da sociedade civil, em evento promovido pela Organização Brasileira de Juventude (OBJ) e pelo Instituto Brasileiro de Política de Juventude (IBPJ) – apoiados pela Fundação Konrad Adenauer, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Unesco –, diversas organizações e movimentos de juventude de todo o Brasil se reuniram no Rio de Janeiro e aprovaram uma carta comum, chamada de “*Agenda Jovem 2002*”. De acordo com os signatários: “este marco visa ser um ponto de partida para “as juventudes” brasileiras,

buscando possibilitar aos jovens e suas organizações um instrumento de articulação e luta coletiva, visando a efetiva participação da juventude no desenvolvimento de nossa sociedade.” (OBJ, 2002, p. 3)

A Carta recomendou a criação de um órgão executivo de referência, gestor de políticas públicas de juventude, em nível federal, juntamente com um órgão de representação e participação das juventudes através de suas entidades, movimentos e lideranças.

A Ação Educativa e a Fundação Friedrich Ebert Stiftung/Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social - FES/Ides promoveram, em São Paulo, no mês de novembro, o Seminário Políticas Públicas de Juventude, para 250 pessoas com objetivo de reunir experiências nacionais e internacionais. Foram apresentadas 15 experiências governamentais, sendo 10 brasileiras, 4 latino-americanas e 1 européia, e 3 iniciativas da sociedade civil. Na avaliação dos organizadores, o Seminário foi um importante espaço para novas sinergias e articulação dos atores presentes.

A Unesco realizou, em novembro de 2002, em Brasília, o Seminário Internacional Violência nas Escolas: educação e cultura para a paz, no qual foram apresentados estudos e experiências de algumas estratégias adotadas por dirigentes de escolas brasileiras. Ainda no evento, foi lançado o Observatório de Violência nas Escolas – Brasil, uma parceria entre a Organização e a Universidade Católica de Brasília, para a pesquisa e a criação de estratégias de intervenção em escolas, a fim de fazer propostas de políticas públicas.

Tem-se a criação do Observatório Jovem da Universidade Federal de Minas Gerais que promove a capacitação de jovens, educadores e alunos de graduação da UFMG interessados na temática juvenil. De acordo com Sposito e Carrano (2003), o governo de Fernando Henrique Cardoso marcou uma importante inflexão na temática juventude, com a criação, em especial a partir do segundo mandato, de diversos programas. No entanto, não houve articulação entre essas ações com intuito de construir um campo de políticas públicas para os jovens. Abramovay e Castro (2004, p. 99) avaliam que:

[...] Um problema particular é a inexistência de uma institucionalidade articuladora do trabalho governamental em nível federal, que poderia coordenar o trabalho das diferentes Secretarias de Estado e as experiências no plano estadual e municipal. Nessa mesma linha, é importante destacar, entre as matérias pendentes, a falta de algumas ferramentas de trabalho imprescindíveis, dentre as quais se destacam aquelas relacionadas com a geração de conhecimento, como: pesquisas de juventudes, estudos específicos e avaliação sistemática de experiências e programas.

Os principais programas/ações¹ criados foram: Serviço Civil Voluntário (1998), Brasil Jovem – Agente Jovem e Centros da Juventude (2000) e Paz nas Escolas (2001). Esses programas/ações tinham como foco prioritário mais o adolescente em situação de risco social do que o jovem, e seu principal objetivo era o controle social do tempo livre dos garotos. Também havia uma baixa cobertura: as ações eram desarticuladas e sobrepostas e inexistiam mecanismos de acompanhamento e avaliação. Os autores ponderam, ainda, que alguns dos programas propostos: “assumiram o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social de um período histórico que viveu a recessão provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos agudos da crise do mundo do trabalho”. (SPOSITO, CARRANO, 2003, p. 31)

Bonfim (2001), em análise das publicações da Unesco no período, constatou a existência de um espaço vazio de propostas e práticas que pudessem dar aos jovens sua expressão como sujeitos sociais do presente e agentes do futuro, tornando relevantes seu lugar social, suas idéias e seu potencial criativo.

A partir de 2003, o tema juventude definitivamente entrou para a agenda das políticas públicas, multiplicando-se as iniciativas tanto na esfera do poder público quanto da sociedade civil. De certa maneira, três processos de abrangência nacional marcaram o debate sobre as políticas públicas de juventude no começo dos anos 2000: o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania; a Comissão Especial Extraordinária de Juventude - Cejuvent e o Grupo Interministerial de Juventude.

No Legislativo, em abril de 2003, a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude (FPJ) iniciou suas atividades, com a participação de mais de 100 membros, entre deputados e senadores de todos os partidos e que se propunha a ter reuniões mensais para acompanhar os debates e a implementação dos programas voltados para a área. Também foi instalada, em maio, a Cejuvent, destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

A Cejuvent foi composta por 43 deputados federais (titulares e suplentes) e dividiu-se em seis grupos de trabalho temáticos:

1. O jovem, o desporto e o lazer;
2. O jovem e o trabalho;
3. O jovem, a educação e a cultura;

¹ No Programa Comunidade Solidária também existiram algumas ações de capacitação para jovens.

4. O jovem, saúde, sexualidade e dependência química;
5. O jovem, a família, a cidadania, a consciência religiosa, a exclusão social e a violência;
6. O jovem como minoria.

Após realizar diversas audiências públicas em Brasília, com especialistas das áreas temáticas relacionadas aos grupos de trabalho constituídos, em setembro de 2003 a Comissão promoveu a Semana Nacional de Políticas Públicas para a Juventude e o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Estes dois eventos tiveram a finalidade de qualificar as discussões da Cejuvent, por meio da participação de representantes de organizações não-governamentais, jovens líderes e especialistas em políticas públicas, estabelecendo um marco para a construção do Plano Nacional de Juventude.

Durante os três dias do evento, houve testemunhos de jovens – personalidades ou representantes de grupos sociais; exposição de organizações e entidades que trabalham com o tema; lançamento de livros; sessão solene em homenagem à Semana Nacional; mesa-redonda sobre o analfabetismo; audiência pública com representantes da OIJ e mostra de filmes e vídeos sobre a juventude.

O Relatório Preliminar da Comissão foi divulgado no final de 2003 com as seguintes recomendações: criação de uma esfera pública de participação, um Conselho Nacional de Juventude; instituição de um organismo federal para tratar do tema, um Instituto Brasileiro de Juventude; e a edição de alguns marcos legais para a temática, um Estatuto da Juventude e um Plano Nacional da Juventude. Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 207), afirmam que:

[...] O Relatório Preliminar da Cejuvent pode ser definido como um documento generalista que compila de forma confusa e pouco analítica o trabalho da Comissão. Sob certos aspectos, é um texto com fortes contradições internas que buscou incorporar diversas contribuições recolhidas em audiências públicas, legislações, textos acadêmicos, relatórios, pesquisas de bases metodológicas díspares e impressões de viagens ao exterior realizadas por parlamentares da comissão.

No âmbito da sociedade civil, teve início também no primeiro semestre de 2003, o Projeto Juventude do Instituto Cidadania (IC), que nasceu de uma solicitação do Presidente Lula, ao deixar a coordenação do Instituto para assumir a Presidência da República. O site IC afirma:

[...] Nossa meta é projetar a questão dos jovens e suas urgências como um tema de primeira grandeza no campo da política, da ação governamental e das mobilizações surgidas na própria sociedade civil. Os resultados do trabalho em curso servirão como acervo e fonte de propostas para o governo federal, bem como para as autoridades estaduais e municipais dos distintos partidos políticos. Serão encaminhados, igualmente, aos atores da sociedade civil interessados no progresso do Brasil como nação democrática. (Citação disponível em http://www.projetojuventude.org.br/novo/html/projeto_int8803.html. Acesso em: 8 jan. 2010)

O Projeto Juventude foi planejado a partir de seis eixos simultâneos e complementares:

- mapeamento e rastreamento das informações com a construção de um acervo inédito de dados estatísticos, documentos e análises sobre políticas públicas para a juventude;
- realização de uma pesquisa quantitativa nacional, a partir da ampliação e atualização do levantamento realizado pela Fundação Perseu Abramo em 1999;
- criação de um Site, concebido com o instrumento central de comunicação do Projeto Juventude;
- realização de Seminários e Encontros Temáticos;
- organização de dois livros sobre a juventude brasileira, *Juventude e Cidadania e Juventude Brasileira 2003 – retratos*.
- reunião de narrativas sobre participação juvenil, por meio de uma pesquisa participante, o Projeto incentivou jovens voluntários a recolher, de maneira sistematizada e com metodologia adequada, histórias de vida e participação social e política de outros jovens.

Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 203) consideram que:

“o prestígio resultante de ser o Instituto Cidadania uma organização não-governamental, criada pelo Partido dos Trabalhadores e ter como Presidente de honra o próprio Presidente da República, facilitou a conquista de parceiros responsáveis pela viabilização material de um projeto de alto custo e largo alcance social e político”.

O Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis) propuseram a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*² que pretendia realizar um diagnóstico em 8 regiões metropolitanas das capitais sobre formas, conteúdos e sentidos da participação dos jovens entre 15 e 24 anos. A premissa que norteou o estudo foi a de que os

jovens seriam sujeitos fundamentais para a consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira. Há, no documento, uma expectativa de que o novo governo federal e o novo parlamento desenvolvam um olhar diferenciado sobre a temática:

[...] O Brasil ainda enfrenta o desafio de desenvolver políticas nacionais integradas destinadas à juventude. O novo governo federal, o Congresso Nacional e diferentes redes de instituições da sociedade civil movimentam-se no sentido de elaborar projetos, planos nacionais e estratégias de articulação de políticas públicas que equacionem ou ao menos minimizem os efeitos deletérios dos persistentes vícios político-administrativos de fragmentação, sobreposição e centralização das políticas relacionadas aos jovens. (IBASE, 2003, p. 5)

Também no ano de 2003, ganhou espaço a interação entre os temas juventude e meio ambiente. Em setembro deste ano, aconteceu, em Luziânia/Goiás, por iniciativa dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, o I Encontro Nacional da Juventude pelo Meio Ambiente. Neste evento é criada a Rede Juventude pelo Meio-Ambiente (Rejuma) com o propósito de “fortalecer as ações locais e nacionais dos jovens empenhados na construção de sociedades sustentáveis, através da troca de experiências e da cooperação”. E, no mês de novembro de 2003, ocorreu, em Brasília, paralelo à 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, a 1ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil, com a participação de mais de 400 estudantes.

Com relação à juventude do campo, deu-se, em 2003, em Brasília, o Salão Nacional da Juventude Rural, com a participação de representantes das comissões municipais, estaduais e nacional de jovens trabalhadores rurais do movimento sindical de 26 Estados. Neste evento é divulgada a “*Carta Proposta da Juventude do Movimento Sindical*”³ com reivindicações para a superação dos problemas da juventude rural brasileira. Segundo a Carta: “as propostas surgem em virtude da inexistência de uma política nacional que contemple os interesses da juventude rural”.

Esses três processos - Projeto Juventude, do Instituto Cidadania; a Comissão Especial Extraordinária de Juventude e o Grupo Interministerial de Juventude, culminaram, em 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da

² A Pesquisa foi efetivamente realizada entre outubro de 2004 e maio de 2005 e o seu Relatório Final está disponível no site www.ibase.org.br.

³ Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/f274CARTAjuventude.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2010.

Presidência da República, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do ProJovem, programa carro-chefe da política de juventude.

No âmbito governamental, a discussão se deu a partir do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Juventude, composto por 19 Ministérios⁴ e coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Optou-se por delegar o comando à Secretaria-Geral, dada a especificidade e complexidade do tema. Como muitos ministérios possuem ações voltadas para a juventude e nenhum detém a temática exclusivamente, avaliou-se que seria importante ter, na coordenação, um órgão capaz de integrar e articular todos os parceiros.

O Grupo de Trabalho Interministerial, em um intenso processo de diálogo, reuniu durante oito meses consecutivos, de março a abril de 2004, gestores públicos dos 19 ministérios com o objetivo de traçar diretrizes para a Política Nacional de Juventude. A metodologia apresentada inicialmente dividia o trabalho nas seguintes etapas:

- Políticas Públicas para Juventude: diagnóstico dos programas e ações promovidos pelo governo nos últimos nove anos, a partir de um instrumento padrão desenvolvido pela Secretaria-Geral;
- Pesquisas demográficas e sociais, com a criação de um banco de dados a partir do Censo 2000;
- Eixos estruturantes: criação de sete subgrupos para avaliação das ações do governo no campo da geração de trabalho e renda, educação, saúde, violência, esporte e lazer, cultura e participação;
- Relatório Final: análise das ações do governo e proposição de uma política global e participativa de juventude.

De acordo com seu Relatório Final, os dados compilados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostraram o desafio e a oportunidade que seria pensar uma política integrada para um contingente de 33,4 milhões de brasileiros entre 15 e 24 anos, que resgatasse a parte da dívida social para com este público e que rompesse com a visão compartimentalizada que tende a vigorar no desenho das políticas públicas.

A partir deste diagnóstico sobre as condições sociais da população de 15 a 24 anos, que apontou os problemas com os quais se deparava esse público e dos eixos estruturantes

⁴ Secretaria-Geral da Presidência da República, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério do Esporte, Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Fazenda, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Gabinete de Segurança Institucional.

propostos inicialmente, foram identificados os principais desafios de uma Política Nacional de Juventude:

1. Garantir o Acesso e a Permanência na Escola de Qualidade;
2. Combater o analfabetismo entre os Jovens;
3. Preparar o Jovem para o Mundo do Trabalho;
4. Gerar Trabalho e Renda;
5. Promover Vida Saudável;
6. Promover o Acesso ao Esporte, ao Lazer, à Cultura e à Tecnologia de Informação;
7. Promover Direitos Humanos e as Políticas Afirmativas;
8. Estimular a Cidadania e a Participação Social; e
9. Melhorar a Qualidade de Vida dos Jovens no Meio Rural.

À Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) coube sistematizar as informações enviadas pelos ministérios sobre seus programas e ações, para se ter uma dimensão das atividades desenvolvidas pelo governo federal para este público. Com relação ao mapeamento às ações governamentais, uma dificuldade se fez presente durante todo o trabalho. Poucos ministérios conseguiram apresentar um balanço das suas atividades para este público. Em que pese a atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, poucos programas federais efetivamente se organizam a partir dos problemas identificados na sociedade. Muitas vezes acabam por reproduzir as estruturas de poder existentes nos órgãos, em um descolamento muito grande da realidade do País. Também ficou clara a necessidade de integração e coordenação entre todas as ações identificadas. Se, por um lado, essa integração puder evitar superposições e fragmentações, também será fundamental para potencializar a atuação de todos os órgãos, garantindo assim uma maior efetividade e eficiência à ação governamental.

Durante todo o ano de 2004, a Secretaria-Geral coordenou o diálogo com o Projeto Juventude do Instituto Cidadania e com a Cejuvent. Havia uma preocupação muito grande em alinhar as propostas do governo com as pesquisas, estudos e recomendações do Projeto; para tanto, periodicamente, o próprio Ministro Dulci e representantes do GT se encontravam com seus coordenadores.⁵

Com relação aos programas destinados aos jovens, assiste-se, a partir de 2003 a uma verdadeira explosão na criação de novos programas destinados aos jovens: Primeiro Emprego

⁵ Uma das coordenadoras do Projeto Juventude, Regina Novaes, foi convidada, no dia de lançamento da MP 238 a ser Secretária-Adjunta da recém-criada Secretaria Nacional de Juventude.

(2003), Escola de Fábrica, Soldado Cidadão, ProUni, Projeto Rondon, Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra (2004), ProJovem, ProEja e Saberes da Terra (2005), Juventude Cidadã (2006) e ProJovem Integrado (2007). Em análise sobre os programas criados neste período, Sposito e Corrochano (2005) identificaram um padrão nas ações, que combinavam a transferência de renda e o tripé: qualificação profissional, elevação da escolaridade e desenvolvimento de trabalhos comunitários.

Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 195) avaliam que: “se avança na superação de antigos estigmas sobre o que se denominou “problema da juventude”, embora haja ainda poucas certezas sobre desenhos institucionais, orientações teórico-metodológicas e princípios do setor especial das políticas de juventude”.

Na esfera legislativa, tem-se a continuidade dos trabalhos da Cejuvent. O Relatório Preliminar divulgado no final de 2003 serviu como texto base para o processo de consulta, ocorrido ao longo de 2004. As consultas aconteceram por intermédio das conferências estaduais, organizadas pelo deputado representante do Estado na Comissão. De acordo com Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 204):

[...] Houve grande disparidade nas formas de divulgação, de realização e de mobilização dos grupos juvenis para as conferências. Algumas reuniram centenas de jovens de diversas organizações, grupos e movimentos, bem como gestores de políticas de juventude e pesquisadores do tema; outras contaram com a presença de poucos jovens insuficientemente informados sobre os trabalhos da CEJUVENT e os objetivos do fórum ao qual se dirigiram.

Em 2004, realizaram-se consultas em 24 Estados e no Distrito Federal. Apenas não participaram os Estados do Piauí e de Alagoas. Ao final de cada conferência estadual, deveria ser elaborada uma “Carta do Estado”, na qual os jovens apresentariam suas propostas e sugestões para o Plano Nacional de Juventude que serviriam para a Conferência Nacional.

A Conferência Nacional aconteceu em junho de 2004, em Brasília, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, com a participação de 2 mil jovens. Durante a Conferência, 52 entidades divulgaram o Manifesto para a Articulação da Juventude Brasileira Pró-Fórum de Organizações Juvenis, na qual propunham a criação de um Fórum Nacional de Juventude – um espaço permanente de troca e de reflexão sobre os desafios e as propostas. Segundo avaliação da ONG Interagir, expressa em seu Boletim de 30 de junho de 2004⁶, nesta conferência, os acontecimentos dos corredores foram mais bem aproveitados que os espaços formais do evento.

⁶ Disponível no site: <<http://www.interagir.org.br/politica/boletim/default.asp?id=3>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

Após a Conferência, a Comissão discutiu as propostas compiladas das consultas regionais e nacional e no mês de dezembro de 2004 a Cejuvent encerrou seus trabalhos e entregou seu Relatório Final. O Relatório apresenta as seguintes recomendações ao Poder Executivo: criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretária Nacional de Políticas Públicas de Juventude, do Instituto Brasileiro de Juventude. Também sugere a realização da Conferência Bienal de Juventude e a instituição de uma Comissão Permanente de Juventude. Com relação ao marco legal, foram feitas as seguintes propostas:

- Projeto de Lei nº 4.530/04 – Plano Nacional de Juventude;
- Projeto de Lei nº 4.529/04 – Estatuto da Juventude;
- Proposta de Emenda Constitucional.

O Plano Nacional de Juventude, de vigência de dez anos e organizado em 13 eixos, define metas que deverão ser cumpridas pela União, em parceria com os Estados e os municípios e organizações juvenis. As principais metas são:

1. Erradicar o analfabetismo da população juvenil em cinco anos;
2. Universalizar o ensino médio público e gratuito;
3. Oferecer bolsas de estudo e financiamento a jovens carentes para ingresso na faculdade;
4. Incentivar o empreendedorismo juvenil;
5. Aumentar a cobertura do Programa Primeiro Emprego;
6. Promover atividades preventivas na área de saúde;
7. Criar áreas de lazer e estimular o esporte;
8. Incentivar projetos culturais produzidos por jovens;
9. Garantir a inclusão digital, com a instalação de computadores nas escolas e nas universidades.

No entanto, o Projeto de Lei apresenta algumas fragilidades como, por exemplo, a insuficiência de indicadores para respaldar os objetivos; tratar a juventude como uma faixa etária entre 15 e 24 anos, quando o próprio Legislativo a alterou para o período entre 15 e 29 anos; a oposição a legislações específicas já existentes, especialmente no campo da educação; proposição de prazos que não se ajustam ao calendário do Executivo.

O Estatuto da Juventude regulamenta direitos dos jovens e define as obrigações da família, da sociedade e dos governos para garantir esses direitos.

A proposta de emenda à Constituição Federal de 1988 propõe a modificação do artigo 227, que passará a incluir a expressão jovem e terá a seguinte redação: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao **jovem** (grifo nosso), com

absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Carrano, Brenner e Lânes (2005, p. 206) reconhecem a importância da atuação do Legislativo, mas ao mesmo tempo afirmam que o processo das Conferências apresentou inúmeras deficiências, expressas nas críticas por parte das redes locais da sociedade civil:

[...] redes locais da sociedade civil geraram documentos que explicitaram conflitos e desagrado em relação a encaminhamentos dados ao longo do processo. Esses documentos assumiram, em termos gerais, duas naturezas distintas. Alguns deles, que podem ser denominados “manifestos”, se caracterizaram pelo forte caráter crítico e de repúdio ao modo como foi conduzida a organização das conferências regionais. Alertaram para o que consideraram falta de representatividade e legitimidade das mesmas, bem como para a forma “autoritária” como teriam sido conduzidas. Esse foi o caso do “Manifesto à Juventude Paraibana” e da “Carta Aberta do Rio de Janeiro”.

3. O CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – CONJUVE

3.1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONJUVE

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a instituir um organismo específico de juventude, o que somente ocorreu em 2005. Neste ano, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 238, convertida na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República – SNJ-SG/PR, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Conforme a Mensagem Presidencial 2006 (2006, p. 95-96)⁷:

[...] A criação da Secretaria Nacional de Juventude colocou definitivamente a pauta da juventude brasileira na condição de política estratégica para o país e definiu um marco gerencial para a integração das ações do governo federal voltadas a este público, em consonância com os desafios estabelecidos pela Política Nacional de Juventude.

A Secretaria Nacional de Juventude é instrumento importante para a incorporação da temática juvenil também no âmbito dos municípios e dos Estados, de forma a impulsionar e contribuir para a criação de organismos de juventude em todo o país. A Secretaria, ainda dialoga intensamente com o Congresso Nacional, participando

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/mensagem/mens2006.htm> . Acesso em: 22 jan. 2010.

de fóruns, audiências públicas e, especialmente, do debate sobre o Plano Nacional de Juventude.

Com relação ao ProJovem, foi pensado como um programa carro-chefe da política de juventude, em consonância com a recomendação do Projeto Juventude (2004, p. 28):

[...] torna-se urgente construir um programa nacional de larga escala, em cujo âmbito se interliguem educação, trabalho, cultura e participação, e cuja gestão seja marcada pela integração e pela transversalidade. É recomendável que o novo programa abrangente combine aceleração escolar, capacitação profissional e o engajamento em ocupações sociais remuneradas: trabalho comunitário, cuidados ambientais, alfabetização, campanhas de saúde e inúmeras modalidades de convivência solidária e acesso ao esporte, lazer e bens culturais. Não é recomendável que esse programa abrangente centralize todo o leque de ações hoje dirigidas à juventude, o que resultaria em gigantismo, morosidade burocrática e provável engessamento de uma questão que tem na diversidade seu elemento central. Mas ele deverá valer como uma espécie de carro-chefe interligando todas as iniciativas com sinergia, complementaridade, flexibilidade e conexões dinâmicas.”

Trata-se de um programa emergencial destinado a jovens de 18 a 24 anos que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do ensino fundamental e que não tenham vínculos formais de trabalho. Seu objetivo é proporcionar uma formação integral por meio de uma efetiva associação entre: elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e ao desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. O ProJovem é oferecido na forma de curso, com a duração: 12 meses ininterruptos e como incentivo à participação do jovem, oferece um auxílio-financeiro mensal no valor de R\$ 100,00 ao jovem que cumprir as condicionalidades.

O Conjuve foi concebido para ser um espaço de participação social na formulação de diretrizes para as ações governamentais acerca do tema. E, de acordo com o texto legal, trata-se de um órgão consultivo que tem por objetivo fomentar e realizar estudos e pesquisas sobre a realidade social, cultural e econômica da juventude brasileira, além de avaliar e acompanhar a execução dos programas e ações dirigidos a esse segmento.

Teixeira (2006), em classificação acerca dos Conselhos, propõe a existência de três tipos:

1. Conselhos de programas – que são geralmente formados por representantes da sociedade civil e estão vinculados à operacionalização de ações governamentais específicas (esse é o caso, por exemplo, do conselho do Fundef – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental);

2. Conselhos de setores ou segmentos sociais – que são formados por representantes da sociedade civil e representantes do poder público para cobrir temas específicos como direitos humanos, políticas destinadas à população negra e para mulheres, crianças e adolescentes, juventude etc. Em muitos casos, esses conselhos se articulam com a existência de estruturas equivalentes no âmbito municipal e estadual, mas isso não chega a constituir regra.
3. Conselhos de políticas públicas – que estão voltados para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas universais presentes nas três esferas da federação (União, Estados e Municípios). Esses são bastante difundidos porque em muitos casos União, Estados e Municípios precisam tê-los para poder receber recursos da política setorial (como na saúde, assistência social e criança e adolescentes). No caso dos conselhos de políticas públicas, há legislação nacional que traz algumas regras que os governos têm de respeitar.

A partir dessa tipologia, não resta dúvidas de que o Conjuve se caracteriza com um Conselho de Políticas Públicas. E, no dia 2 de agosto de 2005, seus membros, 120 entre titulares e suplentes, tomaram posse em cerimônia realizada no Salão Oeste do Palácio do Planalto com a presença do Presidente da República.

Fazem parte do Conselho, nas vagas destinadas ao Poder Público, representantes de todos os Ministérios e Secretarias Nacionais que desenvolvem programas voltados para a juventude, a Frente Parlamentar de Juventude e o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude e associações de prefeitos. Pela sociedade civil, que representa 2/3 do Conselho, participam os movimentos juvenis, organizações não-governamentais e especialistas em juventude⁸. Optou-se por não convidar nenhuma juventude partidária para esse primeiro mandato. No entanto, ter um Conselho de Política Pública composto majoritariamente por representantes da sociedade civil é uma inovação, pois, no máximo, as composições eram paritárias entre governo e sociedade.

No entanto, algumas questões despertaram críticas em relação à montagem do Conjuve. A primeira delas diz respeito ao fato de todos os seus membros terem sido indicados pelo Presidente da República. Com isso, algumas entidades publicaram uma Carta com críticas a esse processo de escolha dos representantes. Abramo (2006) afirma: “*esse tema tem causado constrangimentos e incômodos entre os conselheiros e a manifestação de*

descontentamento de alguns setores organizados da juventude, que questionam a legitimidade desta composição”. Teixeira (2006) também alerta para os riscos da indicação:

“Há riscos grandes desse tipo de composição, pois a disseminação de conselhos não está, necessariamente, comprometida com a garantia de participação nas tomadas de decisão. Nem sempre os conselhos são formas que buscam garantir um diálogo com a sociedade, mas podem se configurar como formas de legitimar uma gestão diante dela. Há um risco, sempre presente, dos conselhos serem usados para forjar legitimidade, sobretudo quando é o próprio poder público o responsável pela decisão de quem irá se sentar à mesa em que as decisões serão tomadas”.

No entanto, não havia, entre os conselheiros, consenso sobre a melhor forma de definição da composição do Conjuve. Uma parcela dos membros defendia que o próximo Conselho fosse escolhido por meio da realização de Conferências de Juventude, nos moldes do processo de escolha dos membros do Conselho das Cidades, por entender que deveria haver um processo de radicalização dos princípios democráticos e de que o exercício de escolha dos conselheiros também é um exercício de organização das pautas de juventude. Outra parte dos conselheiros, por sua vez, propunha que um grupo dos novos representantes fosse indicado a partir da experiência acumulada no tema juventude e que outro fosse escolhidos em processos que envolvessem os mais variados atores da sociedade civil.

3.2 O CONJUVE NO BIÊNIO 2005/2006

No período em análise, o Conjuve realizou 07 reuniões, 06 ordinárias e 1 extraordinária, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Reuniões do Conjuve no biênio 2005/2006

Data	Reunião	Assuntos Tratados
03 de agosto de 2005	1ª Reunião Ordinária	Posse do Conselho Secretaria Executiva do Conselho Eleição da Presidência e Vice Presidência Regimento Interno Câmaras Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões Moção sobre o “Referendo do Desarmamento” Lista dos Conselheiros titulares e suplentes

⁸ A lista dos participantes encontra-se detalhada no Anexo 1.

22 e 23 de setembro de 2005	1ª Reunião Extraordinária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Política Nacional da Juventude 2. Regimento Interno 3. Eleição da Vice Presidência 4. Diretrizes para o Conselho Nacional de Juventude e Câmaras Temáticas 5. A agenda da Juventude no Parlamento 6. Leitura de Documentos
10 e 11 de novembro de 2005	2ª Reunião Ordinária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas e Ações voltados para a Juventude: balanços e perspectivas de integração 2. Plano Nacional de Juventude: como o Conselho pode contribuir 3. Câmaras Temáticas 4. Grupos de Trabalho 5. Deliberações e Encaminhamentos
09 e 10 de março de 2006	3ª Reunião Ordinária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Plano Nacional de Juventude 2. Programa Brasil Alfabetizado para a Juventude 3. Reunião da Sociedade Civil 4. Prêmio Juventude 5. Encaminhamentos
18 e 19 de maio de 2006	4ª Reunião Ordinária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mesa Redonda sobre Criança, adolescente e Juventude na Legislação Brasileira 2. Seminário Nacional do Conjuve 3. Eleição para Presidência e Vice-Presidência do Conjuve
24 e 25 de julho de 2006	5ª Reunião Ordinária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informe sobre a realização do Seminário Nacional e Publicação do Conjuve 2. Novo calendário/Seminário Nacional/Aprimoramento dos Pareceres 3. Discussão dos Pareceres 4. Carta de BH 5. Campanha MTV 6. Apresentação de Publicações Sobre Juventude
11 e 12 de dezembro de	6ª Reunião Ordinária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Eleição para presidente e Vice-presidente

2006		<ol style="list-style-type: none"> 2. Carta ao presidente Lula sobre a Política Nacional de Juventude no segundo mandato 3. GT 1 – Estrutura e funcionamento do Conselho 4. Balanço do Seminário do Conjuve, realizado de 27 a 29 de novembro em Niterói-RJ 5. Calendário aprovado
------	--	--

A seguir, será analisada, de forma resumida, os principais assuntos debatidos em cada reunião.

Consoante os parâmetros do Decreto Presidencial nº 5.490, de 14 de julho de 2005, em seu primeiro ano de funcionamento, o Conjuve foi presidido por um representante governamental, a Sra. Regina Novaes, que à época era Secretária-Adjunta Nacional de Juventude. Tal definição ocorreu na primeira reunião do Conselho, realizada em 03 de agosto de 2005. Nesta reunião ocorreu o primeiro posicionamento público do Conjuve, tratou-se de uma moção de apoio ao sim no referendo do dia 22 de outubro, ou seja, defendendo a proibição do comércio de armas de fogo no país. De acordo com o documento *“Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas”*, foi uma das primeiras manifestações públicas favoráveis ao sim, sendo motivada pelo fato de serem os jovens as mais comuns vítimas das armas de fogo no Brasil. A moção foi posteriormente entregue ao Senador Renan Calheiros, Presidente da Frente Brasil sem Armas.

A eleição da vice-presidência somente aconteceu na reunião extraordinária, realizada nos dias 22 e 23 de setembro. Uma primeira polêmica foi sobre o sistema de votação: 24 conselheiros se posicionaram pelo voto aberto, 17 pelo secreto e 1 abstenção. Inicialmente, 7 candidaturas foram inscritas, mas apenas três se mantiveram até o final. De acordo com a memória da reunião, o resultado da votação foi:

Quadro 2 – Resultado da Primeira Eleição do Conjuve

Candidato	Organização	Nº de Votos
Daniel Cara	Instituto Sou da Paz	24
Marcelo Yuka	F.U.R.T.O	17
João Felipe Terena	Jovens Estudantes Indígenas	3

Elenice Anastácio	CONTAG	Retiradas
Elisa Campos	ANPG	
Isaac Cardoso	CUT	
Severine Macedo	FETRAF	

Nesta mesma reunião, os conselheiros optaram por aprofundar o diagnóstico sobre a situação da juventude brasileira, para tanto, foram compilados dados e experiências realizadas, bem como a formulação de um entendimento inicial sobre o tema juventude. Com intuito de facilitar o trabalho, o Conselho subdividiu-se em três câmaras temáticas:

- a. Desenvolvimento Integral: educação, trabalho, cultura e tecnologias de informação;
- b. Qualidade de Vida: meio-ambiente, saúde, esporte e lazer;
- c. Vida Segura: valorização da diversidade e respeito aos Direitos Humanos.

E em dois Grupos de Trabalho:

- d. GT 1: Conselho Nacional de Juventude: estrutura, organização, funcionamento
- e. GT 2: Política Nacional de Juventude: orçamento, legislação e integração entre programas e ações governamentais e não governamentais

Na última reunião do ano de 2005, realizada em novembro, aprovou-se o Plano de trabalho para o próximo ano, que contemplou, entre outros:

- 04 reuniões ordinárias (março, maio, agosto e novembro), com a seguinte especificidade: na reunião de agosto haverá a eleição dos novos presidentes e vice-presidentes e na reunião de novembro se realizará um balanço da atual gestão;
- 03 seminários temáticos, um para cada Câmara Temática;
- 01 Seminário Nacional do Conselho Nacional de Juventude;
- Acompanhamento do calendário do Congresso Nacional, em especial, a tramitação da PEC 138/2003, que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da Juventude, do Estatuto dos Direitos da Juventude e do Plano Nacional de Juventude.

Nesta reunião, o Conjuve também debateu a proposta da nova Lei do Jovem Aprendiz e aprovou uma moção de apoio à regulamentação da Lei, pois considerou que: “a Lei do

Aprendiz tanto como um importante instrumento de prevenção ao trabalho infantil, quanto como um expediente para a preparação para a inserção de jovens no mercado de trabalho”.

Também foi discutido e aprovado pelo pleno do Conselho um documento sugerindo ao Governo Federal, sobre o descontigenciamento dos programas voltados para os jovens. O texto⁹ recomendava:

- Em caráter emergencial, o descontigenciamento e a execução orçamentária efetiva dos programas e ações federais destinadas à juventude;
- A ampliação dos recursos orçamentários do Governo Federal, em 2006, destinados às políticas de juventude, com a garantia de sua liberação integral;
- A inclusão, na previsão orçamentária de 2006, de recursos para a Secretaria Nacional de Juventude, a fim de garantir o pleno funcionamento do Conselho Nacional de Juventude, a realização de campanhas específicas e o fomento de iniciativas da sociedade civil, aprovadas por este Conselho.

Neste primeiro ano, em quase todas as reuniões houve apresentações sobre os programas destinados à juventude. Um relacionamento muito próximo foi estabelecido com a Secretaria Nacional de Juventude e a Coordenação Nacional do Projovem, para maior aprofundamento sobre este Programa, dado que o Projovem é o carro-chefe da Política Nacional de Juventude. Também foram discutidos e analisados os seguintes programas:

Quadro 3 – Programas Federais analisados pelo Conjuve no biênio 2005/2006

Programa	Ministério
Brasil Alfabetizado	Ministério da Educação
Segundo Tempo, Bolsa Atleta e Esporte e Lazer da Cidade	Ministério do Esporte
Soldado Cidadão e Projeto Rondon	Ministério da Defesa
Agente Jovem, Sentinela e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Primeiro Emprego e sua modalidade	Ministério do Trabalho e Emprego

⁹ As memórias das reuniões do Conjuve no ano de 2005 estão disponíveis em http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/Cons/

Consórcios Sociais da Juventude	
Política Nacional Sobre Drogas	Secretaria Nacional Anti-Drogas (SENAD)

De acordo com a Memória¹⁰ desta reunião de novembro, a conclusão dos Conselheiros foi:

“a atual Política Nacional de Juventude - mesmo descentralizada e executada em diferentes ministérios e espaços governamentais - deverá ter como amálgama uma abordagem geracional que contemple a diversidade e a singularidade da condição juvenil e, ao mesmo tempo, promova a necessária articulação dos Programas e Ações voltadas para a Juventude. Com esta perspectiva, o Conselho Nacional da Juventude se propõe a continuar desempenhando um papel crítico e propositivo com o objetivo de contribuir para a superação da fragmentação entre Programas e Ações e para consolidar uma Política Nacional de Juventude.”

Outra preocupação constante do Conjuve ao longo deste ano foi a agenda legislativa, composta basicamente pelas seguintes proposições: Projeto de Lei nº 4.530/04 – Plano Nacional de Juventude; Projeto de Lei nº 4.529/04 – Estatuto da Juventude; Proposta de Emenda Constitucional.

No começo deste ano, aconteceram, em Brasília, reuniões da Mesa Diretora do CONJUV e dos Coordenadores/as das Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho. O objetivo era desenvolver o planejamento aprovado na última reunião realizada em novembro de 2005. Nestas reuniões, além do planejamento, foram apresentados informes da Secretaria Nacional de Juventude da SG/PR.

As reuniões de 2006 basicamente prosseguiram com as discussões do ano anterior, a saber:

- A integração dos programas de juventude;
- A pauta legislativa;
- A realização do Seminário Nacional do Conjuve.

Durante a reunião de abril, o Conjuve colocou em discussão, e aprovou por meio de votação eletrônica, a Moção de apoio, apresentada pelo Ministério da Educação e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), pela aprovação do PL 73/1999, que institui sistema especial de reserva de vagas nas Instituições Federais de Educação Superior.

Na reunião de agosto, o Conselho analisou o vídeo da Campanha MTV: “Ovos e Tomates” sobre eleições 2006. A estratégia do Conselho, para evitar qualquer interpretação equivocada – como, por exemplo, uma forma de censura, resolveu se manifestar por meio de

¹⁰ As memórias das reuniões do Conjuve no ano de 2005 estão disponíveis em http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/Cons/

uma nota aberta à imprensa, na qual são ressaltadas experiências positivas da juventude com o processo eleitoral. Os exemplos mostrados ressaltam: dados oficiais sobre alistamento eleitoral de jovens que não estão obrigados a votar e, ainda, informações de pesquisas recentes que revelam que percentagens significativas de jovens valorizam positivamente a possibilidade de escolher candidatos e votar.

Nos dias 27 a 29 de novembro, ocorreu, em Niterói/RJ o 1º Seminário do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). O evento contou com a participação de cerca de 500 pessoas, entre entidades juvenis, ONG's e gestores municipais, estaduais e federais, membros do Ministério Público, pesquisadores, parlamentares, entre outros e teve os seguintes objetivos:

1. Ser um espaço para disseminação e fortalecimento da Política Nacional de Juventude, envolvendo seus principais agentes;
2. Apresentar à sociedade o trabalho realizado pelo Conselho Nacional de Juventude, em seu primeiro ano de existência;
3. Apresentar à sociedade as iniciativas da Secretaria Nacional de Juventude;
4. Proporcionar um espaço de encontro e reflexão sobre políticas públicas de juventude.

Durante o evento foram lançadas as publicações "*Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*" e "*Conselho Nacional de Juventude: concepção e funcionamento*".

Na última reunião do ano, estava prevista a eleição do Presidente e do Vice-presidente do Conjuve. No entanto, durante a realização do Seminário do Conselho Nacional de Juventude foi entregue a mesa diretora um abaixo assinado com 28 assinaturas de conselheiros e conselheiras solicitando o adiamento desta eleição. A discussão foi remetida para o plenário do Conselho que decidiu:

- 30 votos pelo adiamento
- 06 votos pela manutenção
- 02 abstenções.

Dessa forma, a eleição foi adiada para a primeira reunião de 2007, a ser realizada nos dias 15 e 16 de março de 2007.

Ao longo do ano, quatro manifestações públicas do Conjuve merecem destaque, a Carta de Março¹¹, a Carta de Belo Horizonte, a Carta de Julho e a Carta Aberta ao Presidente Lula. A Carta de Março foi uma iniciativa conjunta do Conjuve, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) contra decisão do juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível de São Paulo, que desobriga escolas particulares a receber alunos com deficiência e isenta o Estado brasileiro de exigir das escolas privadas o cumprimento das leis gerais de educação tal como prevê a Constituição Brasileira. A Carta constou da documentação oficial da I Conferência Nacional pelos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada em junho de 2006, em Brasília.

A Carta de Belo Horizonte foi elaborada pela sociedade civil de Belo Horizonte e tinha por objetivo prestar apoio ao jovem Pedro Henrique Silva, vítima de violência policial naquela cidade. A Carta de Julho contra a homofobia foi divulgada durante a Parada Gay de 30 de julho no Rio de Janeiro.

No final de 2006, em 12 de dezembro, o Conjuve encaminhou uma Carta Aberta¹² ao Presidente Lula, na qual faz um balanço de sua atuação nestes dois anos e reivindica:

- Assegurar a participação do Conselho Nacional de Juventude nos momentos de elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas e programas destinados e protagonizados por jovens;
- Realizar uma Conferência Nacional, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude.

Um dos principais resultados dessa primeira gestão do Conjuve foi a publicação dos seguintes textos: “Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas” e “Conselho Nacional de Juventude: concepção e funcionamento”, ambas lançadas no final de 2006 durante o Seminário em Niterói. Esse último livro é especialmente importante para o trabalho, pois revela quais foram os principais debates que ocorreram no Conjuve em sua primeira gestão, o que demonstra as dificuldades e incertezas de um Conselho que ainda está se estruturando. Trata-se de uma situação muito diversa, por exemplo, do Conselho Nacional de Saúde, que já existe há muitos anos. Nos próximos parágrafos, serão apresentadas as principais discussões ocorridas no âmbito do Conjuve e sistematizadas pelo documento.

¹¹ A Carta de Março está disponível em: <http://www.saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=18740>

¹² A Carta Aberta do Conjuve está disponível em http://www.une.org.br/home3/downloads/carta_conjuve_-_lula_doc.doc

Um primeiro ponto amplamente discutido foi o caráter do Conselho: consultivo ou deliberativo. Avalia-se, via de regra, que um Conselho de caráter deliberativo possui maior possibilidade de participar do processo de tomada de decisão. Tratar de questões polêmicas, tais como orçamento público, aprovação de projetos, programas e ações concretas para a comunidade, seria mais fácil para um conselho deliberativo. Mas os próprios conselheiros avaliaram que o Conjuve ainda não dispunha de maturidade suficiente para deliberar sobre políticas públicas. Segundo o documento “Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento”, essa fragilidade decorre de que:

- a) Iniciativas dirigidas a jovens estão em diferentes políticas setoriais e o Conjuve ainda não influi sobre todas elas, ainda não se configura como instância de consulta sobre as iniciativas;
- b) Não há consensos suficientemente maduros entre os conselheiros de quais são os nortes das políticas de juventude no Brasil;
- c) Não há um fundo sob responsabilidade do órgão.

A proposta então é que o Conjuve construa uma trajetória que o capacite a ser um conselho deliberativo e isso passa também pelo envolvimento e qualificação de seus membros, assim como pelo respaldo social e político que a sociedade e o Estado dão para os membros que compõem um conselho.

Um ponto importante é que em seu primeiro ano de funcionamento, o Conselho não dispôs de uma ação no orçamento que especificasse o montante de recursos destinados ao seu funcionamento. Foi somente a partir de 2008 que passou a constar da Lei Orçamentária Anual (LOA) uma ação específica para o Conjuve. Essa ação foi importante para dar transparência e também para dotar o Conselho de recursos necessários à manutenção de sua infra-estrutura, capacitação de seus conselheiros e o custeio de despesas de conselheiros relacionadas ao exercício de suas atividades.

Também chamou atenção a baixa participação de alguns conselheiros, especialmente dos representantes governamentais. O Conjuve avaliou que, principalmente no trabalho das câmaras temáticas, essa ausência dificultou a discussão. Esperava-se que os conselheiros governamentais auxiliassem no levantamento de documentos, dados estatísticos, pesquisas e avaliações de iniciativas em execução, no âmbito do governo federal. Na realidade, verifica-se que esse problema ocorre em muitos conselhos, seja porque o próprio governo não valoriza a participação de seus funcionários nestes espaços seja porque, muitas vezes, um mesmo servidor participa de vários conselhos.

Uma questão que foi bastante debatida entre os conselheiros diz respeito à capacidade do Conjuve em fiscalizar as políticas públicas. Em realidade, houve um questionamento quanto a própria efetividade do Conselho como mecanismo de controle social. No entanto, ao final das reflexões, considerou-se que o Conselho não havia, em seu primeiro ano de funcionamento, se proposto esta tarefa. A formulação e sistematização de conceitos sobre a juventude era tão incipiente, que os conselheiros consideraram que, antes de avançar no controle social, seria preciso definir claramente o que são políticas públicas de juventude.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia procurou compreender como se deu o processo de institucionalização do Conselho Nacional de Juventude – Conjuve e como foi o funcionamento deste órgão em seus dois primeiros anos de existência 2005 e 2006.

Como se procurou demonstrar ao longo do capítulo 2, juventude é um conceito complexo, que possui entendimentos diversos e que passou por transformações ao longo das últimas décadas, especialmente quanto à pertinência ou não de se ter políticas públicas específicas para a juventude. Aliás, esse debate ainda não está superado, sendo que alguns especialistas defendem que os jovens devem ser atendidos no bojo das políticas universais. Essa posição, contudo, é minoritária, pois as condições materiais dos jovens, especialmente nos países em desenvolvimento, impõem um olhar diferenciado.

O Brasil vivenciou uma situação diferenciada em relação à conquista de alguns direitos sociais básicos, dado que muitas dessas vitórias ocorreram durante o período da ditadura militar. No entanto, é apenas, com a redemocratização, a partir de 1988 que alguns temas entram na agenda, como por exemplo, a questão da discriminação racial, de gênero e de juventude. Em relação à questão da juventude, é nos anos 90, que amplia-se o debate e o estudo sobre questão da juventude e dos jovens. Além disso, o País foi um dos últimos da América Latina a instituir um organismo, em âmbito federal, para coordenação dessas ações.

O ano de 2004 marca um impulso das iniciativas, tanto governamentais quanto não-governamentais. Sem dúvida, a de maior envergadura foi o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania a partir de um pedido do Presidente Lula. O Projeto, estruturado em seis eixos, promoveu um amplo debate sobre a temática, com a realização de pesquisas de caráter nacional, seminários nos Estados e a participação direta de mais de 3 mil jovens. No campo do Poder Público, duas ações merecem destaque: a instituição, pela Câmara dos Deputados, da Comissão Extraordinária de Juventude – Cejuvent e da Frente Parlamentar de Juventude, e

a criação, pelo Poder Executivo, do Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República. Esses três processos, conforme demonstrado no Capítulo 3, culminaram, em 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do ProJovem, programa carro-chefe da política nacional.

O Conjuve foi um dos primeiros espaços, nacionais e públicos, de discussão acerca de políticas públicas de juventude. O Conselho foi concebido para ser uma espaço de participação social na formulação de diretrizes para as ações governamentais, no entanto, muitas vezes constituiu enquanto um espaço de disputa, produção de consensos, reflexões e articulação dos atores envolvidos. Um ponto que merece ser destacada é a oportunidade que o Conjuve promove aos diversos atores de estarem juntos discutindo um política pública. E, dessa forma, contribuindo para aproximar as vontades da sociedade civil ao que está sendo discutido no interior do Estado. Merece destaque a inovação promovida pela Secretaria-Geral da Presidência da República ao propor a instituição de um Conselho formado majoritariamente por representantes da sociedade civil (2/3).

Um crítica muito forte ao processo de constituição do Conselho foi a forma de escolha de seus representantes, pois todos foram indicados pelo Presidente da República. Embora tenha havido, por parte da SG/PR um esforço para contemplar os diversos segmentos juvenis, não ocorreu um processo de organização e escolha da própria sociedade civil. Ressalta-se que rapidamente o Conjuve procurou alterar esse procedimento.

Um risco que se coloca para o todos os Conselho é a possibilidade de conversão desses espaços (e também dos demais instrumentos de participação social) em apêndices do Poder Executivo, que, se valendo das disputas no interior da sociedade civil, muitas vezes as manipula para legitimar suas ações. A participação não deve ser entendida como um fim em si mesmo, mas como um canal, que em conjunto com os demais mecanismos da democracia representativa, aproximam a ação do Estado das demandas e propostas da sociedade. E permite construir uma democracia mais justa e inclusiva, que realmente promova a solidariedade entre os sujeitos e que reconheça as diferença de gênero, raça, meio-ambiente, sexual, cultural, dentre outras. Isso quer dizer que o Estado deve ser capaz de reconhecer as diferenças e as múltiplas identidades e incorporar no âmbito de suas políticas públicas (universais e focalizadas) as reivindicações dos mais diversos grupos.

Nesse sentido, um dos principais desafios que se coloca para o Conjuve é a efetiva participação no processo de tomada de decisão a respeito das políticas públicas de juventude. Os Conselhos de Políticas Públicas são espaços importantes para mitigar as incertezas e as

ambigüidades, pois as deliberações envolvem o processamento de informações relevantes para definir a agenda pública e a construção de consensos. Isso é importante porque o debate e a deliberação pública provocam mudanças nas prioridades dos cidadãos relativamente as quais eram e onde estavam os seus melhores interesses.

Como sugestão de estudos futuros, avalia-se desejável a ampliação do horizonte temporal para incorporação das outras gestões do Conjuve, bem como para avaliar como se deu o processo de aprendizagem no âmbito do Conselho.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel. Juventude: uma agenda nova no debate das políticas In FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento - agosto 2005 a março de 2007*. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

_____ ; “O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro”. In FREITAS, Maria Virgínia (Org.) *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Políticas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.

ABAD, Miguel. “Crítica política das políticas de juventude”. In; FREITAS, Maria Virgínia; PAPA, Fernanda (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

BONFIM, Maria Inês (Coord.). *Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades do Brasil: pesquisas da Unesco*. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Camara dos Deputados. *Plano Nacional de Juventude – PL n° 4.530/04*. Brasília, 2004. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2010.

BRASIL. Camara dos Deputados. *Relatório Final da Comissão Extraordinária de Políticas Públicas para a Juventude*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2004.

BRASIL. *Guia de políticas públicas de juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

BRASIL. Lei n. 11.129, de 30.06.05. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1º jul. 2005.

BRASIL. *Relatório Final do GT Juventude*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2004.

BRASIL. Presidência da República. *Mensagem Presidencial de Abertura da Sessão Legislativa 2006*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2006.

CAMARANO, A. A., MELLO, J. L.; KANSO, S.. “Do nascimento à morte: principais transições”. In: CAMARANO, A. A. (org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CARRANO, Paulo Cesar R.; BRENNER, Ana Karina; LÂNES, Patricia. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil. Processos sociais e propostas políticas. *Revista de Estudios sobre la Juventud*, México, v. 1, n. 22, p. 202-219, 2005.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco, 2003.

CASTRO, João Paulo. *Unesco – Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil*. 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

DÁVILLA, Oscar. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, 2005.

FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento - agosto 2005 a março de 2007*. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

_____ ; PAPA, Fernanda (Orgs.) *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISE SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). *Diálogo nacional para uma política pública de juventude*. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2006.

_____. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ibase, Pólis, 2003.

_____. *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Final. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:
<<http://www.polis.org.br/download/105.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

INSTITUTO AYRTON SENNA. *Por uma política de juventude para o Brasil*. São Paulo, 2002. Disponível em:
<<http://www.obj.org.br/site/comuns/imagensDB/publicacoes/manifesto.pdf>> Acesso em: 21. jan. 2010.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude*. 2004. Disponível em:
<<http://www.projetojuventude.org.br/novo/index.html>> Acesso em: 8 jun. 2010.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE JUVENTUDE. *Agenda Jovem 2002*. Rio de Janeiro: OBJ, 2002.

PALOCCI, Antonio (Coord.). *Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente*. Brasília, 2002. Disponível em: <www.pt.org.br>. Acesso em: 28 jan. 2010.

RUA, Maria das Graças. *As políticas públicas e a juventude dos anos 90. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. v.2. Brasília: CNPD, 1998.

SPOSITO, Marília. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

_____. *Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil*. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, 2003.

SPOSITO, Marília; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 17, p. 141-172, 2005.

SPOSITO, Marília; SILVA, Hamilton; SOUZA, Nilson. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v.11, n. 32, maio/ago. 2006.

TEIXEIRA, Ana Cláudia. Conselhos Nacionais: participação ou apaziguamento de conflitos? In FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento - agosto 2005 a março de 2007*. Brasília, DF/São Paulo: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

TOURAINÉ, Alain. Democracia y Juventud en Chile. *Revista Iberoamericana de Juventud*, Madrid, n. 1, 1996.

VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol. *Juventude: cultura e cidadania*. 1999. Disponível em: <www.fpa.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2010.

ANEXO 1 – COMPOSIÇÃO DO CONJUVE

Composição do Conselho Nacional de Juventude - Conjuve

SECRETARIA- GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 123, DE 3 DE AGOSTO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto no 5.490, de 14 de julho de 2005, que dispôs sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Juventude - Conjuve com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas de juventude e em substituição à Portaria nº 54, de 28 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, do dia 29 de julho de 2005, resolve

D E S I G N A R

os seguintes membros para integrar o Conselho Nacional de Juventude antes referido:

Mesa Diretora:

Presidente:

Regina Célia Reyes Novaes

Vice-Presidente:

Daniel Tojeira Cara

Secretário-Executivo:

Danilo Moreira da Silva

Representantes do Poder Público Federal:

Secretaria-Geral da Presidência da República:

Regina Célia Reyes Novaes, titular;

Danilo Moreira da Silva, suplente;

Ministério da Educação:

Rafael Carlos de Oliveira, titular;

Alexandre Mayer César, suplente;

Ministério do Trabalho e Emprego:

Ana Lúcia Alencastro Gonçalves, titular;

Alessandro Ferreira Passos, suplente;
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:
José Eduardo de Andrade, titular;
Maura Luciane Conceição de Souza, suplente;
Ministério da Saúde:
Thereza de Lamare Franco Netto, titular;
Ana Sudária L. Serra, suplente;
Ministério da Ciência e Tecnologia:
Alexandre Navarro Garcia, titular;
Andréa de Castro Bicalho, suplente;
Ministério da Cultura:
Ernesto Valença, titular;
Eric Meireles de Andrade, suplente;
Ministério da Defesa:
Morvan de Mello Moreira, titular;
Joelson Vellozo Júnior, suplente;
Ministério do Turismo:
Kátia Teresinha Patrícia da Silva, titular;
Sidney Alves Costa, suplente;
Ministério do Desenvolvimento Agrário:
Fabiano Kempfer, titular;
Márcia da Silva Quadrado, suplente;
Ministério do Esporte:
Orlando Silva de Jesus Júnior, titular;
Cássia Damiani, suplente;
Ministério do Meio Ambiente:
Marcos Sorrentino, titular;
Daniela Kolhy Ferraz, suplente;
Ministério da Justiça:
Hélio Pacheco Leão, titular;
Dagoberto Albernaz Garcia, suplente;
Gabinete de Segurança Institucional:
Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, titular;
Doralice Oliveira Gomes, suplente;

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres:

Ane Rosenir Teixeira da Cruz, titular;

Dirce Margarete Grozs, suplente;

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial:

Cristina Guimarães, titular;

Oraida Maria de Abreu, suplente.

Secretaria Especial de Direitos Humanos:

Carmem Silveira de Oliveira, titular;

Amarildo Baesso, suplente;

Representantes dos Poderes Públicos Estadual ou do Distrito Federal, Municipal e Legislativo Federal:

Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude:

Heleandro Ferreira de Sena, titular;

Roberto Rocha Tross, suplente;

Frente Nacional de Prefeitos e Confederação Nacional de Municípios:

Newton Lima Neto, titular;

Ricardo Hermany, suplente;

Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados:

Cláudio Antonio Vignatti, titular;

Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes, suplente.

Representantes da sociedade civil - entidades que atuam na defesa e promoção dos direitos da juventude:

Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação:

Maria Virgínia de Freitas, titular;

Pedro de Carvalho Pontual, suplente;

Associação Nacional de Pós- Graduandos - ANPG:

Elisa de Campos Borges, titular;

Luciano Rezende Moreira, suplente;

Confederação Brasileira de Empresas Juniores - Brasil Júnior:

José Frederico Lyra Netto, titular;

Tiago Francisco, suplente;

CEAFRO - Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero e Grupo Cultural Bagunçado:

Agnaldo Neiva Silva, titular;

Joselito Crispim dos Santos de Assis, suplente;

Conselho Latino Americano de Igrejas - CLAI e Movimento Evangélico Progressista - MEP:

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, titular;

Thiago Machado da Silva, suplente;

Confederação Nacional dos Jovens Empresários - CONAJE:

Doreni Isaías Caramori Júnior, titular;

Giovanni Guerra Gobbi, suplente;

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG:

Maria Elenice Anastácio, titular;

Armando Santos Neto, suplente;

Contato - Centro de Referência da Juventude e Associação para o Desenvolvimento da Cidadania e Comunicação - ADESC:

Daniel Perini Frizzera da Mota Santos, titular;

Cristiano Tadeu da Silveira, suplente;

Centro Popular de Cultura - CPC/UMES e Centro Universitário de Cultura e Arte - CUCA:

Valério da Costa Bemfica, titular;

Wadson Nathaniel Ribeiro, suplente;

Central Única dos Trabalhadores - CUT:

Isaac Cardoso dos Santos, titular;

Leandro Gomes de Paula, suplente;

Escola de Gente Comunicação em Inclusão:

Cláudia Marina Werneck Arguelhes, titular;

Fábio Meirelles Hardman de Castro, suplente;

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF:

Severine Carmem Macedo, titular;

Eliane de Sousa Oliveira, suplente;

Força Sindical:

José Antonio Simão Rodrigues, titular;

Gleides de Freitas Sodré, suplente;

Fundação Abrinq:

Roseni Aparecida dos Santos Reigota, titular;

Sandra Amaral de Oliveira Faria, suplente;
Fundação Gol de Letra:
Sóstenes Brasileiro Sampaio Vieira de Oliveira, titular;
Raí Souza Vieira de Oliveira, suplente;
Grupo de Institutos e Fundações e Empresas - GIFE:
Neylar Coelho Vilar Lins, titular;
Francisco Tancredi, suplente;
Grupo Arco-íris de Conscientização Homossexual e Astra – Direitos Humanos e Cidadania GLBT:
Renato Marques Teixeira, titular;
Thiago Aquino de Araújo, suplente;
Grupo de Trabalho Amazônico - GTA:
Edjales Benício de Brito, titular;
Luã Gabriel dos Santos, suplente;
Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas - IBASE e Organização Não-Governamental CRIOLA
Patrícia Lânes Araújo de Souza, titular;
Luciane de Oliveira Rocha, suplente;
Associação de Estudantes Indígenas e Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ:
João Felipe Gomes Marcos, titular;
Domingas dos Santos Dealdina, suplente;
Instituto Ayrton Senna:
Viviane Senna Lalli, titular;
Simone André, suplente;
Observatório de Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Observatório de Juventude da Universidade Federal Fluminense - UFF:
Paulo César Rodrigues Carrano, titular;
Geraldo Magela Leão, suplente;
Movimento Hip-hop Organizado Brasileiro - MHHOB e Nação Hip Hop Brasil:
Lamartine Silva, titular;
Agnaldo Munhoz de Camargo, suplente;
Frente Brasileira de Hip-Hop - CUFA:
Alex Pereira Barboza - MVBILL, titular;

Francisco José Pereira de Lima , suplente;
Organização Brasileira de Juventude-OBJ:
Maurício Mendes Dutra, titular;
Sandro de Resende Cardoso, suplente;
Pastoral da Juventude:
Elen Linth Marques Dantas, titular;
Renato Barbosa da Silva, suplente;
Cidade Escola Aprendiz:
Yael Sandberg Rosemberg, titular;
Judith Rachmuth Terreiro, suplente;
Rede de Jovens do Nordeste:
Cíntia Maria Nascimento Cruz, titular;
Erisvaldo Ferreira de Jesus, suplente;
Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - REJUMA:
Rangel Arthur de Almeida Mohedano, titular;
Juca Ulhôa Cintra Paes da Cunha, suplente;
Rede Feminista da Saúde:
Débora Cristina Oliveira Ferreira, titular;
Ana Regina Gagliardo Adeve, suplente;
Rede Nacional de Organizações da Juventude - RENAJU:
Josbertini Virgínio Clementino, titular;
Daniel Vaz Freire, suplente;
Instituto Sou da Paz e Projeto Casulo:
Daniel Tojeira Cara, titular;
Wagner Luciano da Silva, suplente;
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES:
Thiago Franco Batista de Oliveira, titular;
Gabriel Lischinsky Alves dos Santos, suplente;
União Nacional dos Estudantes - UNE:
Gustavo Lemos Petta, titular;
Louise Caroline S. de Lima e Silva, suplente;
União dos Escoteiros do Brasil:
Luiz Gustavo Córdia Mazetti, titular;
Carmen Virgínia Carvalho Barreira, suplente;

Viva Rio e Rocinha XXI:

Pedro Daniel Strozenberg, titular;

Lucília Carvalho da Silva, suplente.

Representantes da sociedade civil - pessoas com notório reconhecimento no âmbito das políticas públicas de juventude:

Marcelo Fontes do Nascimento - YUKA, titular;

José Alexandre Santos, suplente;

Marcos Flávio Rolim, titular;

João José Miguel, suplente.

Helena Wendel Abramo, titular;

Lívia di Tommasi, suplente;

Miriam Abramovay, titular;

Mary Garcia Castro, suplente.

LUIZ SOARES DULCI

Ministro Chefe da Secretaria Geral da
Presidência da República